

Algumas questões de lingüística na alfabetização¹

Luiz Carlos Cagliari
UNICAMP - CNPq
2004

1. A fala e a criança

Toda criança aprende a falar.² A criança aprende a falar porque convive com outras pessoas que falam e porque tem uma faculdade da linguagem, também chamada de pensamento ou de mente humana. Aprender a falar depende, pois, da racionalidade humana, que é dada a todo o ser humano, pela natureza, e da interação com outras pessoas. Como todas as pessoas, que existem, falam, a criança acaba adquirindo a linguagem oral das pessoas com quem convive.

Esse processo de aquisição da linguagem é, na verdade, altamente complexo. Os sons de uma palavra isolada não passam de sons como quaisquer outros. Para serem aceitos como sons de uma palavra real, precisam pertencer a um sistema, a uma língua. As línguas, porém, não são feitas dos sons das palavras isoladas, mas de estruturas que juntam idéias e sons, formando palavras, frases, textos, etc. Uma palavra isolada só existe porque o texto foi reduzido a sua menor dimensão. Na sua maior dimensão, o texto não tem limite definido, vai até aonde o falante quiser conduzi-lo. Por causa dessas características das línguas, as crianças começam aprendendo mais a ouvir do que a falar, entendem muito mais do que falam. Somente após certa idade, ocorre um certo equilíbrio entre o que o falante entende e o que consegue falar. Entretanto, na prática, as pessoas são mais expostas a ouvir do que a falar e, por isso, acham que entendem o que os outros dizem, o que lêem, mas não 'sabem falar'. Essa atitude é social e não revela uma verdade lingüística. As pessoas podem ter vergonha de falar, podem ter pouca prática de se expressar, mas, tudo o que ouvem e entendem como usuários da língua pode reverter na forma de produção de fala por parte do falante. É por isso que algumas pessoas, de repente, descobrem que podem fazer poesias ou escrever histórias com certa arte literária.

Essa grande diferença entre o entender e o falar encontra uma dura realidade nas atividades escolares, desde os primeiros anos. É certo que os alunos têm uma experiência de anos como ouvintes e falantes de uma língua; portanto, sabem entender e falar, atendendo às necessidades de comunicação e de uso da linguagem nos seus primeiros anos de vida. A escola tira o ambiente natural de uso da linguagem e o coloca num contexto artificial, em que a linguagem é avaliada a todo instante e não é usada apenas para as pessoas se comunicarem e interagirem lingüisticamente. Tal situação pode levar uma criança a duvidar das habilidades lingüísticas que já adquiriu. Como consequência, essa criança começará a duvidar que entende o que lhe é dito e, sobretudo, que sabe falar a sua língua do jeito que a escola quer.

À medida que a criança vai aprendendo a falar, sua habilidade lingüística vai se identificando com o modo de falar das pessoas com quem convive. Depois de um certo tempo, passados os erros iniciais, as crianças conversam normalmente, e a comunidade tem a certeza de que todos falam corretamente, não havendo mais a necessidade de corrigir a fala das crianças, nem de ensinar a língua a elas. Falar torna-se uma atividade conduzida automaticamente pelos falantes. Qualquer desvio inesperado é logo notado e pode ser

objeto de zombaria ou de admiração, dependendo de como a comunidade interpreta a novidade.

O que acontece com um indivíduo pode acontecer com um grupo. Na grande comunidade de falantes de um país, grupos diferentes apresentam características próprias de uso da língua e essas diferenças podem ser objeto de zombaria ou de admiração. A variação lingüística não mostra nenhum erro de linguagem, nem para o indivíduo, nem para um grupo dialetal, mostra apenas que pessoas diferentes podem ter modos diferentes de usar uma mesma língua. Porém, como toda diferença é perigosa, em princípio, ela pode afetar o equilíbrio social estabelecido e, por esse motivo, é avaliada para o bem ou para o mal da comunidade. Como a linguagem traz consigo uma bagagem cultural, através desse parâmetro, as pessoas avaliam se o que é diferente na fala das outras pessoas é um bem ou um mal para a comunidade. Obviamente, no tipo de sociedade que temos, as pessoas cultas, ricas, influentes na sociedade representam os falantes que melhor expressam os ideais da sociedade e quanto mais pobres e ignorantes forem os indivíduos e os grupos e suas culturas, tanto mais discriminados serão perante os demais.

Voltando à sala de aula dos primeiros anos, vamos encontrar lá um lugar onde esses valores sociais, culturais e lingüísticos são avaliados, um em função do outro. Como a criança, ao entrar na escola, achava que já sabia falar sua língua, não consegue entender porque, de repente, ficou tudo confuso, errado e difícil em sua mente. Essa é a realidade de inúmeras crianças pobres e menos favorecidas social e economicamente, ao entrarem para a escola. A adaptação delas ao modelo escolar não acontece da noite para o dia. Na verdade, elas deverão trilhar um longo caminho de adaptação e de aprendizagem, porque tudo o que diz relação à linguagem é sempre muito complexo e a aquisição de novas habilidades não ocorre no mesmo tipo de contexto em que ocorre a aquisição da linguagem, quando a criança aprende a falar. Esta, talvez, seja a questão básica mais importante das atividades lingüísticas escolares no Ensino Fundamental. Grandes problemas que as crianças, as escolas, os pais e o governo têm com relação ao progresso da aprendizagem das crianças nesse momento escolar advém da falta de compreensão dessa questão apresentada acima. Por outro lado, uma escola que consegue compreender a realidade lingüística de seus alunos nos primeiros anos escolares pode desenvolver atividades de ensino e de aprendizagem que não ferem os alunos nem os mestres, mas, pelo contrário, trazem tranquilidade, alegria, prazer e sucesso.

Em termos práticos, o que tais idéias significam para o professor? Em primeiro lugar o professor precisa entender por que as crianças falam do modo como fazem. Em segundo lugar, ele precisa respeitar esse modo de falar das crianças e ajudar os alunos a entender por que falam do modo como fazem. Em seguida, é preciso explicar o que a escola espera deles, agora e depois. Não se pode passar exercícios e atividades de linguagem, sem começar com uma longa conversa e discussão sobre esses assuntos. Embora o professor precise aceitar e respeitar o modo de falar de todos os alunos, cada qual com suas peculiaridades, é também obrigação da escola ensinar o dialeto padrão. O professor deve usar sempre o dialeto padrão. Será preciso também treinar os alunos a usá-lo, sobretudo nas leituras. A adaptação dos alunos ao dialeto padrão leva alguns anos para que eles tenham um desempenho total. Nos primeiros anos, deve-se concentrar na leitura e nas atividades em sala de aula.³ As diferenças entre os dialetos também se refletem na escrita. Por isso, é muito mais difícil para alguns alunos acertarem a ortografia. Entretanto, ao corrigir os erros de grafia, os alunos vão também aprendendo como se fala no dialeto padrão. Isso não significa que a ortografia esteja escrita no dialeto padrão, mas, sem dúvida, está mais

próxima do dialeto padrão do que de algumas outras variedades da língua. Portanto, o professor deve, desde o começo, incentivar os alunos a procurar a escrita ortográfica, perguntando como se escrevem as palavras com relação às quais eles têm dúvidas ou sabem que costumam errar, quando as escrevem. Esta é uma atividade que ensina o aluno a aprender como se aprende, ensinando, ao mesmo tempo, que não se pode a todo instante ‘chutar’ uma resposta ou uma solução.

2. A escrita e a criança

Na escola, as crianças fazem muitas atividades. Na primeira série, a atividade principal é a alfabetização.⁴ Ser alfabetizado é saber ler por iniciativa própria. Tudo o mais são acréscimos. Sem dúvida, a escolar vai cuidar de todos os aspectos escolares ligados à leitura, à escrita e à fala. Como todos nós aprendemos sempre pela vida afora, a escola não precisa achar que as crianças vão ter que aprender tudo em um ou dois anos. Há muita ansiedade por parte de muitos educadores, pais e até do governo, atrapalhando uma atividade educativa mais tranqüila, que traga também a satisfação do que se faz. O progresso é algo que vai se acelerar com o tempo. Por outro lado, o professor não pode perder tempo com mil atividades que simplesmente distraem as crianças, sem lhes ensinar as noções básicas indispensáveis para que aprendam a ler. Escrever é uma decorrência do fato de alguém saber ler. Quem sabe ler, sabe escrever. O inverso, todavia, não é verdadeiro. Um aluno pode ser um bom copista e não saber ler.

Para ensinar a criança a ler, é preciso, em primeiro lugar, que o professor saiba como se faz para ler. Os adultos se acostumam com o fato de lerem automaticamente e não se dão conta dos mecanismos e dos conhecimentos de que uma pessoa precisa ter para decifrar e traduzir o escrito em linguagem oral. Aqui está o segredo da atividade do professor. Todo professor deveria um dia olhar uma palavra, por exemplo, *casa*, e escrever todos os conhecimentos necessários para ler essa palavra. É isso o que ele vai ensinar na alfabetização. Não basta dizer que usamos letras, porque todas as palavras são escritas com letras (e outros sinais). Não basta dizer que a letra A tem o som de [a], porque ela pode ter vários outros sons. Por exemplo, o aluno que fala *acharo*, em vez de *acharam*, tem que aprender que o som de [u], no final dessa palavra, também se escreve com a letra A. Não basta decorar que *casa* tem essa seqüência de letras, porque, desse modo, os alunos precisariam decorar a escrita de todas as palavras. Então, o que é preciso saber para decifrar a escrita e ler uma palavra?⁵

Diante da escrita, o leitor (aprendiz ou usuário já bem treinado) precisa decifrar o que está escrito. A decifração é o aspecto mais importante do processo de alfabetização. A compreensão do que as palavras significam ou até mesmo do texto é uma atividade automática. Se o aluno descobre que está escrito *cadeira*, ele sabe e entende o que está escrito, porque, como falante de Português, está acostumado a ouvir e a falar a palavra *cadeira*. A situação vai se tornando mais difícil, mais complexa, à medida que, partindo de palavras, o leitor se encontra diante de uma frase e, principalmente, de um texto. Como o aluno não costuma falar os textos que lê, ele precisa prestar mais atenção ao conjunto das palavras e não apenas a cada palavra isoladamente. Esse processo de prestar atenção ao conjunto de palavras é algo natural para ele, quando fala e quando ouve conversas comuns de sua vida. Portanto, não os professores não precisam achar que as crianças têm, em princípio, grandes dificuldades em entender o que encontram nas atividades escolares. É

preciso esclarecer que é muito mais fácil entender a linguagem oral ou escrita, a leitura individual ou feita por outra pessoa, do que responder a perguntas sobre uma fala ou um texto escrito ou lido. A grande dificuldade que ocorre, às vezes, no segundo caso, é causada pelo mecanismo de responder e não pelo mecanismo de entender. Perguntas são sempre armadilhas, desafios, e não processos confiáveis de investigação da mente humana. Enfim, em termos práticos, o professor continuará a usar um vocabulário acessível às crianças e textos adequados. Como haverá sempre muito debate e conversa sobre tudo o que se faz, a questão da compreensão da linguagem oral e escrita fica num plano secundário, na alfabetização, com relação às reais preocupações que o professor tem que ter com o ensino da leitura e da escrita.

Fazendo um balanço do que é essencial ensinar e aprender na alfabetização com relação à escrita (e, por conseguinte, com relação à leitura), podemos destacar os seguintes tópicos, comentados a seguir.

1) decifrar não é um bicho-papão: existe uma falsa idéia, segundo a qual não se pode falar em decifração, porque decifrar não é entender. De fato, decifrar não é entender, mas sem decifrar não se pode entender nenhuma escrita. O primeiro passo é converter em linguagem oral o que está escrito. A compreensão depende de outros fatores e não deve ser objeto de preocupação, quando se ensina uma criança a ler palavras que ela usa no dia-a-dia. Sem a preocupação com a decifração, o processo de alfabetização não sai da estaca zero. Deixar a criança descobrir por si, imaginando o que a escrita pretende, é um erro grosseiro. A criança deve ser incentivada a agir como quem decifra o que está escrito, para poder ler. O raciocínio de quem ensina e de quem aprende deve sempre se nortear por isso.

2) Decifrar é entender como a escrita funciona. Para ler, uma pessoa precisa saber como o sistema de escrita funciona. Todo sistema de escrita tem uma chave de decifração, que é por onde se começa o trabalho de desvendar o que está escrito. No nosso caso, é o princípio acrofônico (veja adiante).

3) Todos os sistemas de escrita do mundo se reduzem a dois tipos: ou são do tipo ideográfico ou do tipo fonográfico. A linguagem tem dois aspectos inseparáveis, mas distintos: as idéias e os sons da fala. A escrita é uma forma de representar a linguagem oral. Ao fazer isso, a escrita pode representar graficamente uma idéia, criando um sistema ideográfico. Quando vemos um ícone, um logotipo, um pictograma, um número, um gráfico, começamos decifrando o significado e depois atribuímos os sons das palavras correspondentes. Por outro lado, um sistema de escrita pode representar graficamente sons da linguagem oral e com eles compor seqüências que formam palavras. O leitor vai juntando os sons até chegar ao fim da palavra. Nesse momento, identifica a palavra, como falante, e passa a ter acesso também ao significado associado àquela palavra. Todo sistema de escrita apresenta um certo equilíbrio entre as informações de base ideográfica e fonográfica, embora uma delas seja o ponto de partida e a característica mais marcante do sistema. É extremamente útil que o professor mostre e discuta diferentes sistemas de escrita com os alunos, como pictogramas, ícones, logotipos, logomarcas, representação de números, mapas, gráficos, etc.⁶ Certamente, não haverá uma apresentação detalhada dessas informações, mas apenas o essencial para mostrar que podemos ler e escrever sem usar letras. O que distingue uma escrita de um desenho é que, no caso da escrita, encontramos palavras da linguagem oral associadas às formas gráficas. No caso dos desenhos, encontramos apenas referências a coisas do mundo a respeito das quais podemos falar, como podemos fazer sobre qualquer outra coisa que não seja uma forma gráfica. Por isso, não lemos desenhos, fotos, figuras: apenas fazemos comentários, que podem ser diferentes,

se feitos por pessoas diferentes. No caso de formas figurativas, que servem de escrita, haverá uma palavra ou expressão associada à imagem. Certamente, o pictograma de um homem numa porta poderá ser lido como *banheiro masculino*, *toalete masculino*, etc. Essas expressões são sinônimas e representam a mesma idéia carreada pela escrita ideográfica. Por outro lado, uma escrita fonográfica poderá ter pronúncias diferenciadas em alguns aspectos, por causa da variação de pronúncia que as palavras têm nos diferentes dialetos da língua. Escrevemos *dia*, e podemos pronunciar [djia] ou [dia], dependendo do dialeto.

4) Nosso sistema principal de escrita é o alfabeto.⁷ O alfabeto é um sistema fonográfico, portanto, um sistema que parte da representação de sons para compor palavras e chegar, assim, ao significado. O alfabeto foi inventado através de um princípio acrofônico ou princípio alfabético.⁸ Esse princípio diz que no nome das letras (em geral no início) ocorre o som que a letra tem. Assim, a letra A tem o som de [a]; a letra C tem o som de [cê], a letra P tem o som de [pê], etc. Algumas letras trazem essa informação não exatamente no início, como acontece com a letra L, que tem o som de [lê] entre dois Es: e-l-e. O mesmo acontece com outras letras. A letra H não representa nenhum som, servindo apenas de referência etimológica de palavras e como coringa para formar os dígrafos (duas letras representando um som, como em LH, NH, CH). Segundo o princípio alfabético, a cada letra corresponderia um som e vice-versa. Com essa regra, ao escrever as palavras, cada usuário deveria fazer uma transcrição fonética rigorosa. Assim, quem fala [baudi] deveria escrever BAUDI, quem fala [barde] deveria escrever BARDE, quem fala [baudji] deveria escrever BAUDJI, e assim por diante. Percebe-se logo que, se cada um escrevesse como fala, uma mesma palavra apareceria escrita de várias formas diferentes, dificultando sobremaneira a decifração por leitores que não falam do mesmo modo que a pessoa que escreveu. Ao constatar isso, o sistema de escrita alfabética reconheceu que não era lá grande coisa o princípio alfabético, que o tinha criado, e partiu para neutralizar todas essas variantes através de um mecanismo de congelamento da forma gráfica das palavras, isto é, através da ortografia, com o objetivo de permitir uma leitura mais fácil por parte de todos os usuários do sistema.⁹ É por esse motivo que nós lemos cada qual no seu dialeto e não no dialeto de quem escreveu. Um caipira lê Machado de Assis não no dialeto carioca da época do escritor, mas seguindo sua pronúncia caipira. Na escola, como usamos o dialeto padrão, os alunos podem ler no dialeto padrão, porque a escrita ortográfica permite que a leitura seja feita em qualquer dialeto da língua, mas as primeiras leituras, certamente, irão acontecer na pronúncia do dialeto do aluno.

O professor precisa ter essas idéias bem claras em sua mente e discuti-las com seus alunos até a exaustão. A tendência que temos é achar que basta o princípio acrofônico para que possamos ler. Isso não é verdade. O princípio acrofônico é o começo, a chave que começa a abrir a porta da decifração. Mas, somente isso não é suficiente para decifrar a nossa escrita. Disso tudo resulta a idéia de que a escrita permite a leitura e com o nome das letras podemos começar a descobrir os sons que a escrita representa, até chegarmos à identificação final da palavra. Esta discussão é imprescindível na alfabetização.

5) O problema com as letras não se reduz ao princípio acrofônico. Historicamente, as pessoas foram modificando a forma gráfica das letras, criando, assim, outros alfabetos. Por causa de um princípio cumulativo, que todo sistema de escrita tem, resultou que, hoje, temos vários alfabetos em uso comum no dia-a-dia, como o das letras de fôrma maiúsculas, das letras minúsculas, das letras cursivas maiúsculas e minúsculas e uma infinidade de estilos ou fontes de letras, como se pode observar no mundo ao nosso redor. De quantas maneiras podemos encontrar escrita a letra A, por exemplo? De muitas formas. Então,

como sabemos que determinada forma gráfica pertence a uma letra e não a outra? A resposta a essa pergunta está na idéia de *categorização gráfica* das letras. Para entender isso, é preciso ter em mente que uma letra é uma unidade abstrata, que tem uma forma gráfica material e uma função - a de representar sons da linguagem oral. Toda forma gráfica que pode ser identificada com a letra A será interpretada como sendo a letra A. Para saber isso, é preciso apelar, de novo, para a ortografia das palavras. Como as palavras são formadas por seqüências predeterminadas de letras, a forma gráfica que representa essas posições da seqüência será interpretada como as letras que compõe a palavra. Dito de outra forma: na palavra *parede*, a seqüência de letras é p-a-r-e-d-e. Se eu escrever PAREDE, e comparar com *parede* ou com “parede”, noto que aparecem as formas gráficas diferentes: A, a, a, ocupando lugares na palavra que a ortografia atribui à letra A (com o valor dessa uma unidade abstrata de escrita). Além disso, aparece a letra E escrita também e, “e”, representando a unidade abstrata, chamada letra E, porque ocupa o lugar destinado à essa unidade de escrita na palavra ‘parede’, segundo a ortografia. É, pois, a categorização gráfica das letras que permite identificar uma forma gráfica como sendo uma determinada letra. Quem controla isso é a ortografia. Se não fosse a categorização gráfica das letras não seríamos capazes de ler muitas formas de escrita, sobretudo manuscritas. Diante de documentos antigos, porque não conseguimos, através da categorização gráfica, identificar que letras estão escritas, temos enormes dificuldades em decifrar e ler o que está escrito. A decifração nesses casos fica bloqueada e a leitura impossível.

6) Se o princípio alfabético serve apenas como uma primeira dica para se saber que som as letras têm ou com que letra vamos escrever um palavra falada, como saber tudo sobre as relações entre letras e sons? Para entender esta questão, devemos voltar à ortografia. É ela que determina como devem ficar as relações entre letras e sons. Em primeiro lugar, deve-se salientar que é muito mais fácil ler do que transportar os sons da fala para a escrita (seja ela qual for). Aqui, temos uma consequência pedagógica: é muito melhor começar ensinando as crianças a ler do que a escrever.¹⁰

Na leitura, a escrita já vem na forma ortográfica e o aluno não precisa se preocupar com isso. Como a escrita permite a leitura e a ortografia neutraliza a variação de pronúncia dos diferentes dialetos, basta o aluno identificar as letras pelos nomes (categorização gráfica), aplicar o princípio alfabético (ou acrofônico), juntar sons de letras em sílabas e sílabas em palavras (composição morfológica), fazer um exercício de suposição (conjectura, ‘chute’, adivinhação...) para descobrir de que palavra se trata, seguindo as pistas que ele vai descobrindo (como um detetive). Se chegar a um resultado que não lhe lembra uma palavra comum da língua, deverá saber que está no caminho errado e que deve voltar e procurar por outras pistas e caminhos. Trata-se de uma atividade automática para o leitor experiente, mas de um longo e laborioso trabalho para quem está aprendendo a ler. A partir de palavras simples, esse trabalho torna-se menos difícil.¹¹ A composição morfológica é um dos segredos da decifração. Ao somar os sons das letras é necessário chegar a uma palavra da língua, caso contrário, a decifração não funciona. Como o sistema é fonográfico, o leitor parte dos sons das letras e precisa chegar ao significado da palavra. A composição morfológica (a palavra completa) serve de mecanismo de controle para que o aluno veja se a seqüência de sons que compôs é válida.

Raramente, uma escrita permite mais de uma leitura, seguindo o princípio acrofônico. Mas, pode acontecer. Assim, por exemplo, um aluno, vendo a escrita GATO, pode interpretar a letra G com o som de [jê] e ler [jato], em vez de [gato]. Essas ambigüidades servem para o professor chamar a atenção para os mecanismos de decifração,

mostrando que há outras regras que vão ensinar como resolver esses casos.¹² Como a escrita permite a leitura, o aluno irá ler as palavras seguindo seu dialeto, inicialmente. Não há nada de mal nisso, pelo contrário, esse comportamento deve ser encarado como normal. Somente aos poucos, o professor irá sugerir uma leitura no dialeto padrão, quando o aluno é falante de outra variedade. O fato de a criança identificar a escrita ortográfica com sua fala, mesmo quando ela não fala no dialeto padrão, é muito importante para o professor mostrar a ela que a escrita é de todos, sem distinção.

7) A situação é bem diferente para o aluno, quando deve partir da sua fala para escrever. Ele terá duas saídas: uma é escrever ‘como fala’ e outra é escrever ‘como se deve’ (ou seja, ortograficamente). Escrever como se fala é escrever seguindo o princípio alfabético, ou seja, escrever uma letra possível para cada som das palavras. Contudo, antes de mais nada, o aluno precisa separar o enunciado em palavras, o que já é uma tarefa bastante difícil. Com o tempo, os alunos acabam realizando isso com certa facilidade, restando apenas alguns casos mais complicados para eles. O importante é achar letras para os sons. Como os alunos não falam ‘ortograficamente’ mas têm pronúncias próprias, o resultado desse modo de escrever acaba produzindo ‘formas estranhas’ de escrita. O professor esperto sabe que isso é uma primeira tentativa de escrita. O professor mais esperto saberá ver no resultado apresentado pelos alunos quais dificuldades eles têm e, com isso, poderá ensinar melhor os alunos. Como nem o princípio alfabético é de fácil identificação na escrita, alguns alunos podem se ver em meio a grandes embaraços e diante de obstáculos insuperáveis. Por exemplo, alunos que identificam os sons sonoros como surdos, irão transpor essa percepção para a escrita, confundindo, por exemplo, DEDO com TETO, *VACA* com *FACA*, etc. Alguns alunos não identificam uma letra possível: o aluno quer escrever [djia] e não conhece nenhuma letra [djê]; então, opta por escrever GIA, que é o mais próximo que ele conhece. Alguns alunos acham que a letra pode representar mais de um som e ao escrever, por exemplo, HÉLICE, escrevem LC. Um aluno pode não identificar a necessidade de escrever certos sons da fala e, por isso, não os escreverá, como em BRIPE em vez de PRÍNCIPE, e assim por diante. Esse tipo de erro é comum, quando os alunos são incentivados a escrever a partir do princípio alfabético. Essa deve ser uma iniciativa importante no começo, mas não se pode ficar muito tempo nisso, porque os alunos acabam se acostumando a escrever sem recorrer à ortografia e assim terão dificuldades enormes futuramente.

O outro modo de escrever é partindo do princípio acrofônico e checando cada palavra para ver se a ortografia está correta. Como os alunos não sabem nada no começo, esta atividade produz pouco. Mas é importante. Aprender a aprender, neste caso, é mais importante do que o resultado final, sobretudo, em termos de volume. Às vezes, quando os alunos escrevem uma ou duas palavras, fazendo conscientemente todo esse percurso, vale mais do que pedir que eles façam qualquer coisa, de qualquer jeito, apenas para fazer qualquer escrita, como tem sido ensinado por alguns professores, recentemente. É claro que, com essa falsa liberdade, os alunos vão ter muitas dificuldades para aprender, pela falta de orientação correta da parte do professor. Ensinar é fundamental e imprescindível. É a tarefa do professor.

Usando os dois modos de escrever, fica claro que fala e escrita se relacionam, mas não funcionam do mesmo modo, nem passar da escrita para a fala (leitura) segue as mesmas regras de passar da fala para a escrita (ortográfica). Por outro lado, também fica claro que uma letra representa todos os sons possíveis atribuídos a ela em todas as palavras, faladas em todos os dialetos. Isto mostra que estamos muito longe do princípio alfabético e

somente uma compreensão da *categorização funcional* das letras pode explicar por que uma letra pode ter tantos sons diferentes ou um som pode ser representado por letras diferentes. Finalmente, constata-se, uma vez mais, que a melhor metodologia sugere que o professor ensine os alunos a ler, em primeiro lugar. Quanto antes os alunos forem se acostumando com a forma ortográfica das palavras, vistas na leitura, mais cedo aprenderão também a escrevê-las.

8) Uma das noções mais importantes a serem diariamente discutidas com os alunos é a *ortografia*, em todos os seus aspectos e dimensões, como ficou claro nas explicações acima. Infelizmente, na nossa cultura geral e, sobretudo, na nossa cultura escolar, a ortografia não tem sido corretamente entendida e há muito preconceito com relação à ela.

9) Uma outra consequência do que foi exposto até aqui é a idéia de que é a ortografia que comanda as relações entre letras e sons, na leitura, e entre sons e letras, na escrita. Essa idéia rotulada de categorização funcional das letras é o grande segredo da alfabetização, a idéia mais fundamental que, de fato, ensina porque lemos e escrevemos como fazemos.

10) Finalmente, no processo de leitura e de escrita, a *palavra* é a unidade mais importante. Tudo gira em torno da palavra, porque ela traz consigo os sons da fala e as idéias semânticas associadas a esses sons. É a partir da noção de palavra que foram criados todos os sistemas de escrita. A *composição morfológica da escrita alfabética*, ou seja, a seqüência exata de sons que a palavra tem na fala (seja de qual dialeto for) ou a seqüência exata das letras na escrita ortográfica deve ser objeto de muitas explicações por parte do professor.

O exposto nesses dez itens não só apresenta um roteiro metodológico, como traz, ainda, as noções lingüísticas mais importantes para se entender os mecanismos de produção da leitura (decifração e compreensão) e da escrita (livre ou ortográfica). Do ponto de vista prático, o professor deverá discutir exaustivamente as idéias ligadas ao sistema de escrita, ao princípio acrofônico, à categorização gráfica e funcional das letras. É boa estratégia usar apenas as letras de fôrma maiúsculas, no começo, para evitar problemas de categorização gráfica. A escrita cursiva deverá aparecer somente quando os alunos souberem ler letras de fôrma maiúsculas e minúsculas, com certa facilidade. Não há nada de mal em escrever com letras de fôrma. É um equívoco achar que os alunos devem escrever só com escrita manuscrita cursiva.

3. A escola e a criança

A escola ideal é aquela que tem um bom ambiente material, professores competentes, é um lugar de educação, onde a disciplina e o respeito é a regra de convivência. A escola ideal é aquela que tem professores competentes e alunos que querem, de fato, estudar, porque esta é uma escolha altamente relevante para a vida deles, da família, da sociedade e do país. A escola ideal é aquela que não liga para a nota, porque a competência do professor e a dedicação dos alunos se traduz em inúmeras atividades que desenvolvem as habilidades necessárias, trazidas pelos estudos, sem que haja uma massificação de avaliação e de uma discriminação de promoção. A escola ideal é aquela que reserva para si a grande tarefa de educar as crianças e jovens, sendo o lugar de estudar, de fazer as atividades coletivas e individuais, liberando o tempo que os alunos passam em casa para outras atividades, de acordo com a vida das famílias. A escola ideal é aquela que

cria um ambiente de educação, de respeito mútuo, de valorização dos indivíduos e das instituições sociais e culturais e que, ao mesmo tempo, é um ambiente alegre e divertido, onde a amizade une as pessoas para o resto da vida. A escola ideal é aquela que vale a pena, não apenas no projeto político e pedagógico, mas para cada um, a partir de suas escolhas de vida.

Onde está esta escola? Tenho visto um pouquinho de cada uma dessas coisa aqui e ali, raramente, tenho visto tudo num único lugar. Esta escola ideal está no meu coração e no de muitos professores, no desejo que temos de ver um país melhor, um país que, não só com palavras, mas com ações, transforme a fome, o desemprego e a ignorância em algo do passado, deixando um caminho futuro mais promissor para todos. É ela uma ilusão? Certamente que não: faltam apenas administradores competentes da política do país, para que uma escola ideal possa ser implementada.

Bibliografia para consulta

Cagliari, Luiz Carlos. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

_____. *Alfabetizando sem o BaBeBiBoBu*. São Paulo: Editora Scipione, 1998.

Massini-Cagliari, Gladis. *O Texto na Alfabetização: coerência e coesão*. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2001.

Massini-Cagliari, Gladis e Cagliari, Luiz Carlos. *Diante das Letras: a escrita na alfabetização*. Campinas: Editora Mercado de Letras, 1999.

¹ Este artigo representa um resumo de idéias que venho falando e publicando nos vinte e dois anos que tenho me dedicado ao estudo de questões lingüísticas da alfabetização. No final do artigo, há a indicação de algumas referências bibliográficas, onde os interessados podem encontrar mais informações ou detalhamento de algumas idéias e sugestões apresentadas aqui. Sugiro também a leitura de muitos artigos de vários autores, que foram publicados no *Jornal da Alfabetizadora* (depois chamado de *Jornal do Alfabetizador*), publicados pela Editora Kuarup e PUCRS.

² Em alguns casos de enorme patologia, em geral com risco de vida, uma criança pode viver alguns anos sem falar. Mesmo nestes casos, a ciência ainda não sabe até que ponto essas pessoas conseguem entender a linguagem falada. Até hoje, nenhuma pessoa saiu da infância sem saber falar. Relatos de crianças que viveram durante certo tempo em isolamento total e nunca aprenderam a falar não são verídicos, como se tem provado.

³ O recreio com a participação dos professores entre os alunos é um momento importante no qual os alunos são levados a usar o dialeto padrão em situação fora da sala de aula, sendo um bom momento de treinamento. É altamente antipedagógico ter recreios, onde se vêem tão somente os alunos, não raramente se agredindo de uma forma ou de outra. Nossas escolas deveriam, ainda, ter menos aulas, menos atividades em sala de aula e mais festas, comemorações, competições e outras atividades coletivas.

⁴ Infelizmente, ainda é comum, no país, que a alfabetização comece no primeiro ano, quando o aluno já está com cerca de 7 anos. O ideal seria alfabetizar a partir dos 5 anos. Na verdade, a primeira série deveria começar aos 5 anos. Esta é uma questão que não tem sido discutida adequadamente pelos educadores. É puro preconceito achar que uma criança de 5 anos não tem condições mentais, etc., de aprender a ler. Pessoalmente, acho que é mais fácil alfabetizar uma criança de 5 anos do que de 7, porque a criança menor, em geral, tem melhor disposição pessoal para aprender a ler e menos influência de outras coisas na vida.

⁵ No livro *Diante da letras: a escrita na alfabetização* (veja bibliografia), há um capítulo em que apresento mais de trinta conhecimentos técnicos específicos que uma pessoa precisa saber para ler. Esses conhecimentos são usados automaticamente, quando um adulto lê. No caso das crianças, a falta de um ou de outro desses

conhecimentos, causa embaraço, dificuldades em prosseguir e pode até mesmo causar bloqueios na mente da criança e na realização de atividades escolares.

⁶ Um dos objetivos dessas atividades é mostrar aos alunos que eles já sabem ler e escrever, usando recursos semelhantes.

⁷ Uma olhada no mundo ao nosso redor e descobrimos que estamos cercados por muitos sistemas de escrita, alguns ideográficos (pictogramas, logomarcas, números, mapas, gráficos) e outros fonográficos (letras, rebus, carta enigmática ou escritas semelhantes). O caos maior se instaura, quando percebemos que todos esses sistemas se misturam.

⁸ Seria altamente interessante ensinar aos alunos um pouco da história dos sistemas de escrita.

⁹ Ao fazer isso, nosso sistema tornou-se, em grande parte, ideográfico. É por essa razão que lemos palavras escritas com letras ou com números com a mesma facilidade, como se fossem de um mesmo sistema de escrita.

¹⁰ Isso não quer dizer que o professor não possa deixar os alunos escrever livremente ou copiar, desde as primeiras atividades, principalmente, quando os alunos quiserem escrever. As pessoas acham que ser alfabetizado é saber escrever. Mas, isso é um engano. A leitura é muito mais importante e é através dela e somente através dela que alguém pode dizer que sabe escrever por iniciativa própria, não apenas copiando. O professor que concentra suas primeiras atividades na leitura (entenda-se: decifração) tem uma enorme vantagem e poupa tempo, alfabetizando muito rapidamente.

¹¹ Nesse sentido, a estratégia das antigas cartilhas era exemplar e ajudava muito o professor e o aluno. Fora isso, o modelo metodológico das cartilhas trazia muito mais problemas do que soluções para o ensino e a aprendizagem na alfabetização.

¹² Dizer as regras às crianças é uma forma de respeitá-las e de apostar na capacidade deles. Com o tempo, essas regras passam a ser já conhecidas dos alunos, facilitando o progresso da aprendizagem. No caso do exemplo, a regra é: diante de A, O e U, a letra G tem o som de [guê]; diante de E e de I, a letra G tem o som de [gê].

Há uma cópia deste artigo na UNIVESP (Conteúdo e Didática de Alfabetização)
<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40140/1/01d16t05.pdf>